



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Ata Nº 21/2016

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Quinze de Dezembro de dois mil e dezasseis

---- Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis reuniu-se a Assembleia Municipal de Ribeira Brava, no edifício dos Paços do Município, sob a presidência de Horácio Ramos Ferreira, estando presente Teresa Maria da Côrte Gonçalves como primeira secretária e José Jorge Fernandes Ornelas, como segundo secretário.-

---- Estiveram também presentes os seguintes deputados municipais: pelo Partido Social-Democrata: Lídia Mariana Teles Abreu, Jeannete Ferreira Santos, Carlos Ramos Andrade, Luís Gaudêncio Fernandes e José Gilberto Abreu Andrade; Pelo Partido Socialista: João Abreu Gomes, Humberto Jorge Faísca Silva, Fábio Nelson Faria Santos, Libardo Juan Sousa Pereira e Graça Maria Fernandes Freitas; Pelo CDS/PP: Ilídio Faria Almada, Luís Alberto Almada Pestana, Adelina Maria Abreu Rodrigues, Telmo Ricardo Marques Freitas e Marco Nuno Correia Martins; Pelo PTP: Marco Nuno da Luz das Almas e como deputados independentes: João Luís Drumond Henriques e Domingos de Sousa Andrade. -----

---- Como representantes das Juntas de Freguesia estiveram presentes: João José Goncalves (Tesoureiro - representante do Presidente da Junta de Freguesia do Campanário); Emanuel Higinio Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Brava); Jorge Manuel Faria Santos (Presidente da Junta de Freguesia da Serra de Água) e Vítor Francisco Gomes de Abreu (Presidente da Junta de Freguesia da Tabua). -----

---- Estiveram ainda presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Brava, Ricardo António Nascimento, o senhor Vice-Presidente Marcelino Jacinto Faria Pereira, a senhora Vereadora Maria Natália Abreu Rodrigues, o senhor Vereador Rui Ramos Gouveia, o senhor Vereador Alano Aires Santos Gonçalves, o senhor Vereador Carlos José Gonçalves e o senhor Vereador Rafael João Figueira Sousa.-----

---- Pelas quinze horas e dezassete minutos, o Senhor Presidente da Assembleia, verificando a existência de quórum, declarou aberta a sessão, para a qual tinha sido agendada a seguinte ordem de trabalhos:-----

---- Ponto Um - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

---- Ponto Dois - Discussão e votação da Proposta do Orçamento para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto três - Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

---- Ponto quatro - Discussão e votação do Plano de Atividades para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto cinco - Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto seis - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto sete - Discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

--- Ponto oito - Discussão e votação da proposta de desafetação do espaço do domínio público municipal da vereda localizada no sítio do Lombo Cesteiro.-----

---- Ponto nove - Discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas.-----

---- Ponto dez - Discussão e votação do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – Ribeira Brava.-----

---- Ponto onze - Discussão e votação do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Ribeira Brava.-----

---- Ponto doze - Discussão e votação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana no Concelho da Ribeira Brava.-----

---- O Senhor Presidente da Assembleia informou que, após concordância dos líderes de bancada, encontram-se presentes na sala dois dos técnicos que elaboraram os estudos referentes aos pontos dez, onze e doze e que poderão esclarecer as dúvidas que surgirem, com a autorização do executivo camarário, bem como estes pontos serão discutidos primeiramente, no entanto mantém-se na ordem de trabalhos para efeitos de ata.-----

---- Procedeu-se à discussão da ata número vinte de vinte e sete de setembro de dois mil e dezasseis.-----

---- O deputado independente Domingos Andrade referiu que na página três, em relação à votação sobre o voto de congratulação ao Grupo Campo de Trabalho 2016, a abstenção foi do CDS e não do PTP.-----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que havendo a dúvida, irá ouvir as gravações e que será retificada a ata, caso seja necessário.-----

---- Colocada à votação a ata foi aprovada por unanimidade.-----

---- A deputada Lídia Mariana Teles Abreu do PSD, o deputado Telmo Ricardo Marques Freitas do CDS e o representante da Junta de Freguesia do Campanário, João José Gonçalves não votaram devido a estarem ausentes na última reunião da Assembleia.-----

---- Seguiu-se o período antes da ordem do dia, no qual os grupos de deputados do PSD e do CDS apresentaram o voto de pesar pelo falecimento da cidadã Maria Alzira Abreu Santos Morgado, com o seguinte conteúdo: «Os



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

membros do PSD e do CDS/PP da Assembleia Municipal da Ribeira Brava manifestam a sua mais profunda emoção e constatação pelo falecimento no passado dia seis de dezembro de dois mil e dezasseis, da Senhora Maria Alzira Abreu Santos Morgado, com sessenta e quatro anos, funcionária exemplar desta Câmara Municipal há vinte e dois anos, incansável na defesa do exercício das suas funções de Coordenadora Técnica, que sempre fez com dedicação e empenho ao serviço do Município.» -----

--- Colocada à votação, o Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Alzira Abreu Santos Morgado, funcionária da Câmara Municipal da Ribeira Brava, apresentada pelo PSD e CDS/PP, foi Aprovada por Unanimidade. -----

--- O deputado Marco Martins do CDS apresentou a proposta de recomendação sobre a conclusão da estrada de ligação entre a Meia Légua de Cima e a Meia Légua de Baixo, com o seguinte conteúdo: «O Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava vem apresentar a proposta de recomendação a apresentar à Câmara Municipal da Ribeira Brava para a Conclusão da estrada de ligação entre a Meia Légua de Cima e a Meia Légua de Baixo, o que o faz nos seguintes termos: A acessibilidade, de um ponto de vista geral, é hoje entendida como uma questão de direitos humanos reconhecidos nas leis de vários países do mundo, quer através do direito à igualdade de oportunidades, à não discriminação, quer como vitalizador da mobilidade permitindo a inclusão e a participação de todos em todos os aspetos da vida em sociedade. Ora, com o crescimento das áreas urbanas, a tónica na acessibilidade viária é ainda mais relevante e torna mais clara a importância de que as cidades sejam vistas de uma forma mais ampla e inclusiva, que permita a todos viverem da melhor forma. Para isso quem governa deve estar atento a maneiras de atender ao máximo a diversidade de pessoas e dos locais onde residem ou trabalham. No caso, releva hoje, no Concelho da Ribeira Brava, a necessidade da conclusão da ligação viária entre a Meia Légua de Baixo e a Meia Légua de Cima, sendo que parte do troço já se encontra feito, isto na Meia Légua de Baixo, e parte na Meia Légua de Cima já se encontra aberta mas em terra batida. Portanto trata-se de concluir a parte da Meia Légua de cima com asfalto e o necessário amuralhamento, uma ligação em ponte, e cerca de três quilómetros de estrada, permitindo a junção das ligações já existentes. Esta obra reverte-se de grande importância já que, para além de servir a população ali residente, na generalidade uma população envelhecida, permite fazer por ali passar os transportes públicos – atendendo a que as paragens de autocarro existentes nesta data ficam ao lado do centro desportivo tendo a população local tem de se deslocar cerca de um quilómetro para poder usufruir do transporte público – assim como permite as recolhas de resíduos, bem como, quando necessário, a passagem de ambulâncias e carros de emergência. Inclusive vem permitir que, em caso de obstrução do Túnel ao lado do Centro Desportivo da Madeira no Sítio da Meia Légua, exista uma alternativa de acesso, impedindo que esta população fique isolada como aconteceu na intempérie do 20 de Fevereiro de 2010, pois as derrocadas deixaram este tunel intransitável



Al
Plec 3
Ⓞ

Assembleia Municipal de Ribeira Brava

e cortaram a ligação à freguesia da Serra de Água e concelhos a norte. Deste modo e pelo exposto, o CDS/PP Ribeira Brava vem propor que a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no âmbito das suas atribuições, plasmadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, recomende que a Câmara Municipal da Ribeira Brava que tome procedimentos necessários para a Conclusão da estrada de ligação entre a Meia Légua de Cima e a Meia Légua de Baixo.» -----

---- O deputado Marco Martins do CDS referiu que a ligação em causa é entre o Supermercado Continente e a "Roulote" do Sarjas e que a conclusão desta ligação irá permitir à população daquela localidade, que é mais envelhecida, ter transportes públicos, recolha de lixo, serviço de ambulância, entre outras comodidades.-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que esta iniciativa é uma mais-valia inquestionável mas o seu formato de apresentação parece uma campanha pré eleitoral, dado que o orçamento de dois mil e dezassete já foi aprovado em reunião de câmara e por isso esta proposta só terá eficácia no próximo mandato. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS referiu que esta proposta foi uma promessa efetuada aquando do porta-a-porta e que enquanto líder de bancada, sempre teve preocupação em apresentar novas propostas, nas várias reuniões de assembleia.-----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que a proposta é importante mas questiona se o deputado acredita que esta proposta será exequível este mandato. -----

---- O deputado Marco Martins do CDS respondeu que a possibilidade de execução depende da capacidade financeira que é da responsabilidade da câmara, e questiona assim o executivo sobre a sua possibilidade. -----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que existe o plano plurianual de investimento e que embora já fora apresentado poderá sempre ser alterado conforme as necessidades e que neste caso em concreto, será necessário primeiro analisar. -----

---- Colocada à votação, a proposta "Recomendação Conclusão da Estrada de ligação entre a Meia Légua de Cima e a Meia Légua de Baixo", apresentada pelo CD/PP, foi Aprovada por Unanimidade.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, agradeceu em nome da população da Meia Légua e ressalva o bom trabalho que a junta de freguesia da Ribeira Brava tem realizado naquele sítio.-----

---- O deputado Marco Martins do CDS, apresentou também a proposta de recomendação à Câmara Municipal da Ribeira Brava sobre Parque de Merendas e Lazer, com o seguinte conteúdo: «Ex.mas Sras. e Ex.mos Srs., O Grupo Parlamentar do CDS/PP na Assembleia Municipal da Ribeira Brava vem apresentar a seguinte Proposta de Recomendação a apresentar à Câmara Municipal da Ribeira Brava, a construção de um Parque de Merendas e Lazer. O que o faz nos seguintes termos: A construção de um parque permite ao Concelho dispor de um local de lazer para os habitantes do município e todos os que nos visitem poderão desfrutar de momentos de lazer e descontração em família ou com os amigos, em condições seguras e como alternativa à atividade balnear,



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

nomeadamente nos dias em que a meteorologia convida a passeios em família. O grande objetivo que se coloca é promover o Parque de Merendas e Lazer como um local de convívio e lazer dos ribeirabravenses, em particular, e dos visitantes em geral, através da boa manutenção dos espaços e equipamentos, fomentando ações que potenciem o mercado social de emprego e desenvolvendo atividades culturais e desportivas que proporcionem um agradável contacto com a natureza, desenvolvimento do turismo, em especial do ecoturismo, do recreio e lazer da população. Recomendamos a construção das seguintes valências: 1 - Parque de estacionamento; 2 - Colocação de iluminação no recinto; 3 - Vedação do recinto com pontos de entrada/saída, pedonal e de veículos; 4 - Colocação de estruturas leves em madeira, que proporcionarão sombra em dias quentes e alguma proteção em dias enublados. (Para que o espaço não fique demasiado pesado e encerrado sobre si, as coberturas são de madeira local, clara, tratada e preparada para receber a vegetação aérea, que cobrirá a estrutura com uma cobertura verde, encerrando-a e interligando-se com a paisagem) (Anexo I, Figuras I e II); 5 - Zonas pedonais (Anexo I, Figura III); 6 - Ciclovía; (Anexo I Figura III_7 - Anfiteatro ao ar livre; 8 - Zonas de merendas com mesas e os respetivos bancos, churrasqueiras com grelhadores duplos, (que permitirão desfrutar do local durante uma refeição), bancadas com lava-loiça, água potável, caixotes do lixo e WC (Anexo I, Figuras I e II); RIBEIRA BRAVA 9 - Parque infantil (Anexo I, Figura IV) 10 - Circuitos de manutenção desportiva, uma área contígua, para a prática de “Jogging”; 11 - Estruturas de Street Workout, (Parque de Treino) para abranger mais praticantes desportivos indo de encontro à política de promoção e desenvolvimento desportivo e a promoção de atividade física e da prática desportiva, do desenvolvimento desportivo e das infraestruturas, aumentará o leque de oferta de opções de prática desportiva no Concelho abrangendo assim mais praticantes desportivos (Anexo I, Figura V); 12 - UMA PAREDE DE ESCALADA A Estrutura Artificial de Escalada (EAE) com 12m de altura e uma superfície de 135m². Com 9m de largura, por forma a proporcionar a instalação de 5 a 7 vias de escalada, sendo duas delas de iniciação e ainda um muro de 35m² com 3m de altura, onde os utentes poderão fazer o aquecimento antes de escalar as vias da Parede (Anexo I Figura VI); 14 - Uma zona mais radical, com campo de jogos e estruturas para a prática de patins e skate. Recomendamos ainda a criação de soluções sustentáveis de rega dos espaços verdes e de iluminação pública, reduzindo assim os custos de manutenção do parque. Para o CDS-PP um parque com espaços de recreio e lazer deve oferecer oportunidades de divertimento para todas as idades. As zonas de recreio infantil são por excelência um local de divertimento e brincadeira. Neste contexto os idosos não devem ser esquecidos e a construção de uma zona Sénior que contemple esta geração emergente, com a construção de instalações que tenham em conta as suas particularidades, munidas de equipamentos orientados para as suas necessidades. Recomendamos que a naturalização deste espaço deve ser através da plantação e da sementeira de espécies Laurissilva, com reduzidas necessidades hídricas, contribuindo-se, deste modo, para a manutenção da diversidade biológica, bem como para o equilíbrio ecológico desta zona. A Proposta de recomendação da



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Construção do Parque de Recreio e Lazer, tem como principal objetivo dotar o concelho de um ponto de lazer, onde as pessoas se possam reunir, desfrutar da paisagem, de uma refeição ao ar livre e ao mesmo tempo socializar. Deste modo, o CDS/PP Ribeira Brava vem propor qua a Assembleia Municipal da Ribeira Brava, no âmbito das suas atribuições, plasmadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que delibere e recomende a Câmara Municipal da Ribeira Brava a proceder a construção de um Parque de Merendas e Lazer.» --- O deputado Marco Martins do CDS, disse que nesta proposta não consta a localização específica para a realização deste parque devendo a autarquia decidir sobre qual o melhor local para a sua execução.-----

--- O deputado independente Luís Drumond reforçou que todas as propostas apresentadas a partir deste momento terão poucas probabilidades de implementação e portanto esta proposta é mais uma com sentido pré eleitoral e que quanto ao seu conteúdo, todo o que seja equipamentos que beneficiem o lazer e o concelho só trará mais-valias para a população. -----

--- O deputado Marco Martins do CDS referiu que o CDS tem sempre apresentado propostas seja em que altura for, e que relativamente à proposta, o objetivo é criar mais-valias e atrair o investimento privado para o concelho.-----

--- O deputado Fábio Santos do PS questiona o executivo sobre se existe algum local possível para a execução deste parque. -----

--- O Senhor Presidente do Município disse que aquando da eleição, uma das promessas feitas foi a criação de um parque de merendas, e que um dos locais pensados é no sítio das Covas, perto da Levada do Norte, no entanto ainda está em estudo uma vez que é preciso ver quem são os proprietários dos terrenos naquela zona, até porque aquela zona é dotada de água potável. Disse também que existe um outro espaço no concelho, semelhante ao parque de merendas, já reabilitado pela junta de freguesia do Campanário, que se situa na zona do Pedregal. -----

--- O deputado Marco Almas do PTP disse que a proposta faz sentido no entanto tal como foi dito pelo deputado Luís Drumond e alerta o senhor Presidente do Município para a necessidade de dotar a zona do Pedregal com água potável e recolha de lixo. -----

--- O Senhor Presidente do Município delegou a palavra no senhor Vice Presidente do Município Marcelino Pereira, que respondeu que a questão da água potável terá de ser vista junto da ARM e que neste momento o plafond disponível já se encontra no limite, e que em relação à recolha do lixo, existe nessa zona um ecoponto mais abaixo, em que a população pode deitar, pelo que a criação de um ponto de lixo é uma despesa desnecessária. -----

--- Colocada à votação, a proposta "Recomendação Parque de Merendas e Lazer", apresentada pelo CDS/PP,



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

foi Aprovada por Maioria, registando as abstenções do PSD e do PS.-----

--- O deputado Fábio Santos do PS, em declaração de voto, disse que votou na abstenção por não haver ainda um local específico para a implementação do parque e por o mesmo não ser exequível neste mandato. -----

--- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, referiu que as propostas são sugestões que poderão ser ou não exequíveis pela autarquia. -----

--- O deputado independente Luís Drumond interveio sobre os seguintes assuntos: através da associação de familiar numerosas foi apresentado o ranking da equidade relativamente aos consumos da água onde a Ribeira Brava ocupa o centésimo décimo primeiro lugar em Portugal e o décimo lugar na RAM quanto ao tratamento das famílias, ou seja, não é tido em conta o número do agregado familiar na sua proporção do consumo da água, porque não aplica os tarifários em virtude das necessidades dessa família, daí uma das propostas apresentadas no passado quanto ao apoio às famílias numerosas para aplicar lógicas diferenciadas quanto às águas; relativamente à iluminação de Natal felicitou a autarquia pelo modo de interagir com a população neste tema e pelo dinamismo criado, no entanto continua a lógica do centralismo na vila da Ribeira Brava, esquecendo aquilo que já é feito nas restantes freguesias; solicitou ainda pedido de esclarecimento quanto às obras do campo de futebol, sobre qual o timing previsto para o final das obras, qual o valor afeto a esta obra e em que medida entrará o apoio da Federação Portuguesa de Futebol.-----

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que quanto ao consumo da água das famílias numerosas, em virtude de uma recomendação proveniente desta Assembleia, foi feito um alerta à ARM, para incluir o Concelho da Ribeira Brava na diferenciação dos consumos quanto a estas famílias, e paralelamente a isto existe também a tarifa social; quanto à iluminação de Natal foi feito um reforço para haver uma maior dinamização bem como foi colocado mais iluminação em zonas mais isoladas no concelho, tais como a Furna, Espigão ou Lugar da Serra, e a ideia seria nos centros de freguesia manter o que já havia no ano passado embora e após detetar algumas deficiências de iluminação nesses sítios, alertamos a empresa que efetuou um reforço de iluminação à posteriori; quanto às obras do campo de futebol, o Clube Desportivo da Ribeira Brava fez uma candidatura à Federação Portuguesa de Futebol, no entanto como o resultado desta candidatura nunca era publicado e face às más condições para a prática de futebol bem como à localização da escola que já estava definida, e havendo um espaço central no concelho por reabilitar, a autarquia decidiu avançar com a obra. Acrescentou ainda que será recuperado os balneários, casas de banho, arredores, iluminação, esgotos, e será efetuado levantamento topográfico do sintético, dado que existem zonas muito degradadas. -----

--- O deputado independente Luís Drumond reformulou a questão sobre a titularidade do campo de futebol, sobre o tempo previsto para a intervenção, montante previsto e se os apoios da Federação de Futebol serão transferidos por protocolo.-----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que o campo de futebol é Municipal, o término previsto é até meados de Fevereiro, quanto aos valores previstos será de cento e oitenta nove mil e quinhentos euros para betão, esgotos, levantamentos, empreitadas e duzentos e dez mil euros para equipamentos; há a possibilidade de receber essa verba via protocolo e assim será feito por parte da autarquia, quanto à utilização o campo será utilizado pelas associações do concelho. -----

--- O deputado Marco Almas do PTP questionou se os jardins da câmara estarão abertos durante o período de Natal e quando será retomado os trabalhos na estrada regional, uma vez que a obra está parada.-----

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que os jardins vão estar abertos e que os trabalhadores estão de férias e regressarão em Janeiro para retomar os trabalhos. -----

--- O deputado Telmo Freitas do CDS interrogou sobre a titularidade do campo.-----

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que o campo está registado em nome da câmara.-----

--- O deputado Luís Almada do CDS questionou sobre a iluminação de Natal nas diversas capelas do concelho, à exceção da capela da Boa Morte que é a única que tem, e se existe algum técnico da câmara que acompanha a colocação das luzes de natal pelo concelho. -----

--- O Senhor Presidente do Município disse que a aldeia de Natal foi organizada pelos estagiários da Câmara Municipal e que irão no final das missas do parto fazer dinamização. O projeto da iluminação de natal foi elaborado pelos serviços técnicos da câmara, tendo sido adjudicado com um custo de aproximadamente vinte e cinco mil euros, o ideal seria ter iluminação em todas as capelas e em todos os pontos mais importantes do concelho mas isso acarretaria mais custos. Relativamente à questão da Boa Morte não havia nada pensado para aquele espaço, o que possivelmente deverá ter sido a população que falou com a empresa. -----

--- O deputado Luís Almada disse que não questiona o valor gasto na iluminação mas sim o porquê de uma capela ter e as outras não. -----

--- A deputada Adelina Rodrigues do CDS solicitou esclarecimento se no campo será colocado relva ou sintético.

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que será colocado sintético. -----

--- Esgotado o período antes da ordem do dia, procedeu-se aos pontos da ordem de trabalho: -----

--- Ponto Um - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e Situação Financeira, em conformidade com o disposto no artigo 25.º, n.º2 alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro. -----

--- O Senhor Presidente do Município referiu de forma sucinta o que tem sido realizado a nível da vida concelhia nos últimos três meses, nomeadamente a nível social: apoio a nível de material escolar às escolas, primeiro convívio de natal para idosos; apoios e calendarização dos transportes para a escola, da parte do IHM foram contempladas três famílias com o PRIDE; houve aumento da bolsa de estudo para alunos universitários; apoio nas diversas atividades realizadas no concelho; a preparação para o Natal, e é contínua a limpeza e recuperação



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

de várias zonas do concelho; disse também que está a ser realizado um trabalho de consolidação de diversas pedras que estavam em risco de cair na zona da Furna; a recuperação da vereda do Seisal/Tabua; a revisão do regulamento de taxas que está em consulta pública, bem com o regulamento do cartão do idoso; concurso de bandas de garagem, entre outros concursos que irão em breve ser lançados. A nível da IPM, a partir de Janeiro, a autarquia irá receber diretamente o pagamento da passagem dos cabos e será necessário pagar à EEM o consumo da energia elétrica, o que poderá ser necessário fazer uma revisão do orçamento, traduzido num défice e a nível financeiro; os fornecedores encontram-se a menos de sessenta dias de pagamento e a dívida atual está abaixo dos seis milhões de euros.-----

--- O deputado independente Domingos Andrade interveio ressaltando e agradecendo a colaboração do município na Festa da Castanha e chamou à atenção sobre a licença que é passada para o corte das árvores de eucaliptos, com a intenção de reflorestar aquela zona bem como a sua limpeza, quando na realidade o mesmo não acontece e por isso deverá a autarquia fiscalizar essa situação; ter também atenção quanto à licença de remodelação dos aterros; quanto à iluminação houve uma mais-valia no geral com exceção às zonas altas. -----

--- O deputado Marco Almas do PTP questionou sobre o ponto de situação do senhor que vivia em más condições, referenciado no debate televisivo em Agosto.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que relativamente a esta situação a autarquia já tinha conhecimento, dizendo que existe uma questão por resolver quanto ao proprietário da casa e que o senhor em questão não é uma pessoa acessível, não sendo portanto fácil mudar hábitos; quanto aos eucaliptos disse que o proprietário pede uma licença à direção das florestas e a câmara já alertou, para que esta direção informe a autarquia sobre o mesmo, de forma a garantir assim a limpeza correta por parte do proprietário. -----

--- O deputado Luís Almada do CDS questionou sobre a existência da IPM dado que nunca foi falado nesta Assembleia.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que a IPM apenas recebia e pagava dinheiro e a «sobra» era dividida de forma ponderada pelos concelhos, com base na receita que tem a ver com o valor que se pagava com o valor do consumo em baixa tensão do concelho, onde os concelhos mais dispersos recebiam mais; no entanto houve uma alteração da lei, e o formulário para pagamento do valor passa a ser com base no coeficiente da densidade populacional relativamente ao número de contadores que existe. Dado que esta empresa será encerrada no próximo ano iremos receber os direitos de passagem e pagar o consumo à empresa de eletricidade, e se considerarmos os dados de 2015 e com o novo formulário, a Ribeira Brava apresenta um défice de aproximadamente de cento e cinquenta mil euros, daí que seja necessário repensar sobre a iluminação no concelho e se necessário cortar a luz nalgumas veredas. -----

--- O deputado Gilberto Andrade do PSD disse que será necessário verificar se existem ou não moradores nessas



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

zonas, onde se prevê o corte de luz; alertou sobre a queda de pedras ao pé da empresa Sousa & Filhos em Campanário, e que na descida do Restaurante Vista Alegre houve um novo acidente e não tem muro de proteção, sendo talvez mais seguro a colocação de uma lombas ou tinta de sinalização naquela zona. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP reformulou a questão sobre o senhor que vive em más condições.-----

---- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues respondeu que esta situação já foi detetada há muitos anos e a casa onde vive não tem nenhuma condições de vida, nem possibilidade de recuperação. Esta situação foi encaminhada para a Segurança Social que ajudou através do arrendamento de uma casa com condições, onde atualmente vive. -----

---- O deputado Fábio Santos do PS questionou o executivo sobre o estudo da iluminação pública, nomeadamente a substituição das luzes atuais por LEDS. -----

---- O Senhor Vice Presidente Marcelino Pereira disse que o pacto era para se manter com todas as autarquias, no entanto com o encerramento da IPM, o resultado será mais negativo para o concelho; o estudo referenciado está a ser feito conforme seja proveitoso a sua implementação, dado que há situações que não se justificam devido ao valor elevado de compra de cada Led. -----

---- O deputado independente Luís Drumond solicitou os seguintes esclarecimentos: se a Banda Municipal já se mudou para o espaço do Matadouro; a Judobrava está à procura de um espaço para a prática do desporto, se a autarquia já arranhou uma solução; foi publicado no JORAM a minuta da transferência de competências da Câmara Municipal para o Governo referente à gestão dos transportes públicos, a autarquia fez alguma recomendação nesse sentido; e tomou nota de que o PDM tinha uma proposta de alteração para salvaguardar como zona de equipamento a zona do atual campo de futebol, a zona do viaduto debaixo da Amoreira, a zona em torno escola do Campanário e a ciclovia, mediante as decisões tomadas e os projetos que estão em curso para estas zonas, porquê tanta confusão no PDM.-----

---- O Senhor Presidente do Município respondeu que a banda continua na ex-escola da sede porque ainda não foi encontrada uma solução; em relação ao Judobrava, o único espaço que a autarquia tem disponível é a escola da Murteira; em relação ao PDM o que foi sempre dito é que o que estava definido para o PDM era compatível para as pretensões para cada espaço; relativamente à questão dos transportes, foi passado a palavra ao Senhor Vice Presidente Marcelino Pereira, que referiu que todos os municípios delegaram as competências, à exceção do Funchal, uma vez que estas carreiras não dão lucro e quem está a subsidiar é o Governo, caso não fosse delegado estas competências quem iria assumir este encargo era a autarquia; estas competências foram partilhadas e não delegadas na totalidade na decisão das carreiras, pelo que existe sempre um poder por parte da Câmara.-----

---- O deputado independente Luís Drumond reformulou a questão sobre a Banda, se o edifício do museu



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

também entra no projeto Bravavalley, e relativamente aos transportes, na questão das indemnizações compensatórias das carreiras a sugestão seria criar carreiras de sessenta lugares, de forma a evitar custos acrescidos, neste sentido seria importante fazer um estudo sobre o tipo de viaturas usadas nos trajetos.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que o museu possui uma sala de exposição que servirá como zona de laboratório e de experiências e que poderá contribuir para este projeto, mas o museu não será deslocado para outro lado; relativamente às carreiras disse que a situação dos ajustes diretos na Madeira é provisória porque está a ser criada uma plataforma, para precisamente colocar todos os dados de cada carreira e que se prevê que em 2019 haja concurso internacional. Passando a palavra ao Senhor Vice Presidente Marcelino Pereira, este complementou dizendo que foi uma empresa que fez o plano de estudos dos transportes e foi feito um levantamento de todas as carreiras da Ribeira Brava e todos esses dados possivelmente farão com que no futuro haja diversas empresas de transporte a operar no concelho, terminando assim o subsídio e obrigando a que cada empresa tenha de se adaptar à realidade. -----

---O Senhor Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos dois, três e quatro, e a respetiva votação em separado, pelo que a assembleia aceitou a sugestão.-----

--- Ponto Dois - Discussão e votação da Proposta do Orçamento para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---- Ponto três - Discussão e votação do Plano Plurianual de Investimentos para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

--- Ponto quatro - Discussão e votação do Plano de Atividades para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

---O Senhor Presidente do Município disse que o orçamento está no valor de nove vírgula três milhões de euros, do valor que estão definidos como receitas correntes, os impostos diretos e indiretos referente a norma do POCAL da média dos vinte e quatro meses anteriores, as transferências correntes são aquelas que foram aprovadas no pelo orçamento da República que são as transferências do FEF; as receitas de capital rondam os dois milhões de euros provenientes das verbas do FEF, o valor das despesas está dividido uniformemente entre despesas correntes e as de capital, onde se destaca as despesas com pessoal de vinte por cento. Este é o orçamento com menos pagamentos de juros, os juros que constam no orçamento são apenas juros bancários dos quatro empréstimos, que representam oito por cento; sendo que três empréstimos que terminam em 2017 e o outro em 2018, referente ao saneamento financeiro. A nível das despesas de capital, existe as despesas com a amortização de empréstimo bancário no valor de um vírgula três milhões euros; e os acordos com a EEM, ARM e a valor Ambiente, portanto a despesa máxima do município entre empréstimos e acordos de pagamento é de aproximadamente um vírgula cinco milhões de euros. Disse ainda que a nível do plano plurianual, as obras que



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

a Câmara e com a população da Ribeira Brava, o orçamento manifesta sim uma necessidade clara para a realização de obras e objetivos eleitorais, não sendo elaborada qualquer estratégia para a população.-----

--- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que o benefício gerado foi apenas para um ou dois a nível de isenção de taxas e a nível social este orçamento também não importa nada de novo. -----

--- Ponto Cinco - Discussão e votação do Mapa de Pessoal para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

--- O Senhor Presidente do Município referiu que o mapa de pessoal mantém-se. -----

--- O deputado independente Luís Drumond disse que existem cento e três funcionários afetos a esta autarquia e que apenas sete são qualificados e que por este motivo deveria ser repensada a contratação de mais pessoal qualificado e não operacionais. -----

--- Colocada á votação, a proposta do Mapa de Pessoal para 2017, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro foi Aprovada por Maioria, registando a abstenção do PTP e dos dois deputados independentes.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia propôs a discussão em conjunto dos pontos seis e sete, e a respetiva votação em separado, pelo que a assembleia aceitou a sugestão. -----

--- Ponto 6 - Discussão e votação da Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

--- Ponto 7 - Discussão e votação da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que estas revisões orçamentais, tem por base o cumprimento a nível legal em que a execução a nível do orçamental deverá ser igual ou superior oitenta e cinco por cento e que no final do ano, havendo situações que não poderão ser executadas e portanto essas verbas não serão aplicadas este ano, é efetuada uma revisão orçamental o que faz com que a percentagem de execução aumente. Neste sentido, as reduções são: havia estipulada uma verba do PODRAM e do FEDER que ainda não foram aprovadas; quando à lei de meios quando foi assinado o contrato de programa, o valor era de seiscentos e vinte mil euros, mas que mediante a contratação pública o valor foi reduzido para quatrocentos setenta e seis mil euros. Da mesma forma que é reduzida a despesa é também feita uma revisão a nível do plano plurianual.-----

--- Colocada à votação, a proposta da Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro foi Aprovada por Maioria, registando as abstenções do PS e do PTP.-----

--- Colocada à votação, a proposta da Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, conforme o disposto no artigo 33, n.º1, alínea c) da Lei 75/2013, 12 de setembro foi Aprovada por Maioria, registando as abstenções do



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

PS e do PTP. -----

Ponto 8 - Discussão e votação da proposta de desafetação do espaço do domínio público municipal da vereda localizada no sítio do Lombo Cesteiro.-----

--- O Senhor Vice Presidente do Município disse que a senhora proprietária propõe a alteração da vereda de forma a poder unir a sua casa ao terreno, tendo ela mesma recolhido as assinaturas de todas as pessoas que utilizam a vereda, em como dão a sua concordância com esta alteração, e que todos os custos desta alteração estarão a cargo da respetiva senhora. -----

--- O deputado Marco Almas do PTP questionou sobre se todos os aspetos estão por escrito para que não se levante responsabilidades futuras quer por parte da câmara quer pela assembleia municipal. -----

--- O Senhor Vice Presidente do Município respondeu que sim.-----

--- O deputado Fábio Santos do PS questionou sobre a reafecção da iluminação.-----

--- O Senhor Vice Presidente do Município disse que a senhora já solicitou a alteração dos postos à empresa de eletricidade da Madeira e que não terá qualquer custo. -----

--- Colocada à votação, a proposta de desafetação do espaço do domínio público municipal da vereda localizada no sítio do Lombo Cesteiro foi Aprovada por Unanimidade.-----

--- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que fica registado que a proprietária se compromete a realizar as alterações por sua conta e responsabilidade, então não vê o porquê de não aprovar.-

--- Ponto 9 – Discussão e votação do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que o plano foi aprovado por unanimidade em Reunião de Câmara, e neste consta as áreas onde há riscos de gestão, riscos de fraude, o tipo de riscos e o que deverá ser feito.-----

--- Colocada à votação, a proposta do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os riscos de corrupção e infrações conexas foi Aprovada por Unanimidade.-----

--- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, disse que considera importante este plano e que tudo o que permitir tornar mais claro e transparente a gestão e de fiscalização, é de apoiar. -----

--- Ponto 10 – Discussão e votação do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – Ribeira Brava.-----

--- O Senhor Presidente do Município delegou a palavra na senhora vereadora Natália Rodrigues. A senhora vereadora referiu que este plano de desenvolvimento social foi efetuado com base num levantamento realizado junto das diversas instituições sociais do concelho, que deram o seu contributo daquilo que é o plano de ação e de intervenção destas mesmas instituições junto da população. Na recolha desses planos de atividades, foi feito esse diagnóstico, e também traçadas algumas linhas de orientação com base nos eixos definidos, como por



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

exemplo os idosos, as famílias, emprego e o empreendedorismo. Aquando da elaboração deste plano, foi possível denotar uma boa resposta social por parte destas instituições e este plano visa a melhoria desta mesma ação social; é importante também rentabilizar todos os recursos humanos e logísticos já existentes visando sempre a melhoria das condições de vida da sociedade. A senhora vereadora disse ainda que considera um projeto bem elaborado, ambicioso, que implica recursos financeiros e que alguns dos planos já são realizados sempre em parceria com as diversas instituições do concelho, e que este plano é fundamental para que seja possível uma candidatura a fundos comunitários. -----

---- O deputado independente Luís Drumond disse que se tem debatido sempre nesta assembleia sobre a palavra estratégia no concelho e que este plano é nada mais nada menos que um plano estratégico, e também ressalva a forma como é possível debater com os técnicos que elaboraram estes planos, que é num contexto desajustado, pois é uma exceção às reuniões de assembleia. Disse ainda que este tipo de plano deveria ter ido a discussão pública quer de modo formal ou informal, para que as pessoas possam pensar sobre estes assunto e que já nesta fase, já terminal, que é de aprovação, já nada se pode fazer. O deputado independente acrescentou ainda o seguinte: em primeiro lugar, no questionário o timing foi curto e que por não haver um estudo sociológico sobre a Ribeira Brava, foi feito uns questionários e realizadas reuniões com as diversas instituições, e que como líder da Associação do Campanário, informa que não houve qualquer reunião, nem qualquer contributo de forma direta; em segundo lugar, referiu que «quanto às sugestões que justificam a evolução da ação da autarquia da área social de um regime esporádico e desestruturado para um regime de prestação continuada e estruturada» o que significa que este diagnóstico já vem tarde pois só se realizou no terceiro ano de mandato. -----

---- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues respondeu que quanto à primeira questão foi dada orientação à própria empresa para fazer esse levantamento junto das instituições e a partir daí a empresa seguiu os moldes que considerou mais pertinente; em relação a segunda questão a nível da discussão este plano não tem obrigatoriedade de discussão pública, o executivo é que tomou essa a iniciativa, não havendo qualquer contributo durante os dez dias; quanto às ações que consideram desajustadas, é de conhecimento geral que a autarquia trabalha muito em parceria com as diversas instituições, quer através do associativismo quer de outros meios.-----

---- O deputado independente Luís Drumond reformulou a questão dizendo que não existe comunicação entre as entidades e a autarquia, e que esta mesma questão consta do plano, onde é mencionado que é necessário a criação de fórum social, de forma a poder ouvir os diversos intervenientes de forma mais ativa. Acrescentou ainda que a nível dos objetivos a ser operacionalizados é mencionado no plano a necessidade de constituição de um gabinete social e municipal da Ribeira Brava, mas que quando verificamos o mapa de pessoal, questiona como será criado este gabinete multidisciplinar, com a atual estrutura de pessoal da câmara. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

--- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues disse que realmente existe uma lacuna real nos recursos humanos da Câmara, e que este plano é uma ajuda para colmatar essas lacunas, sendo um plano ambicioso para ser aplicado a médio prazo.-----

--- A deputada Adelina Rodrigues do CDS solicitou esclarecimento sobre o que é a empresa Beyond Impact e qual a função dos técnicos.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que todas as questões serão colocadas a autarquia e não aos técnicos, pois é quem é responsável pela contratação destes estudos.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que havia necessidade de realizar estes três estudos e que a contratação destes estudos foi feita por contratação pública.-----

--- O deputado Marco Almas do PTP questionou sobre quando é que foi pedido e pensado este plano e porque só é realizado no último ano do mandato.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que não sabe precisar a data mas que a mesma consta nas atas de reunião de câmara e que este estudo foi realizado numa altura com maior capacidade financeira por parte da autarquia.-----

--- O deputado Marco Martins do CDS solicitou esclarecimento sobre um quadro que se encontra em branco no plano.-----

--- A Senhora Vereadora Natália Rodrigues referiu que foi um lapso e passou a citar os números do quadro: loja social – cento e sessenta e duas famílias, mobilidade e acessibilidade – sessenta e sete, recuperação habitacional – noventa e seis, tele assistência - dezanove, curso em parceria com a academia de língua não houve.-----

--- Colocada à votação, a proposta do Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas – Ribeira Brava foi Aprovada por Unanimidade.-----

--- O deputado Luís Gaudêncio do PSD não votou, por não se encontrar na sala.-----

--- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, referiu que ainda bem que existe um plano, que será trabalhado mediante as possibilidades, em prol da população.-----

Ponto 11 – Discussão e votação do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Ribeira Brava.-----

--- O Senhor Presidente do Município passou a palavra à técnica responsável pelo estudo, que disse que o estudo baseia-se em mobilidade e em mobilidade sustentável, nomeadamente transportes e ciclovias, onde foi feito o levantamento das barreiras existentes no concelho e foi criada uma área de intervenção para o estudo.-----

--- O deputado independente Luís Drumond disse que tal como o plano anteriormente apresentado que é muito bom, este plano possui um diagnóstico fraco, desajustado e até contraditório; a nível do diagnóstico pedonal é possível visualizar várias fotos muito centralizadas num único espaço e não no concelho todo, ora vejamos os seguintes exemplos: não mostra um caso flagrante ao pé da Associação do Campanário; a escola do campanário



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

não tem passeio pedonal; a Estrada Regional de acesso à igreja e à estrada principal também não está preconizado o acesso pedonal embora esteja contemplado o acesso ciclovias; acesso às zonas altas também não está contemplado; estradas sem saída não são equacionadas; o projeto das escadarias com Arte nem está preconizado; entre outros. -----

--- O Senhor Presidente do Município delegou a palavra na técnica da empresa Beyond Impact que esclareceu que a nível do levantamento das barreiras as ruas estudadas foram delimitadas sendo consideradas as ruas com mais movimento pedonal e por exemplo no Campanário foi estudado a rua desde a farmácia até ao Restaurante “A Parreira”, e em relação ao parque de estacionamento do Campanário bem como às escadarias com Arte não fazem parte da área de intervenção. -----

--- O deputado independente Luís Drumond reformulou dizendo que é ainda mais grave saber que as zonas de intervenção foram delimitadas pela câmara; exemplificou ainda: a ciclovias partilhadas; o campanário não possui qualquer parque de estacionamento; proposta de criação de via intermodal na Tabua e na Serra Água; na Ribeira Brava preconizam o nó intermodal no edifício das florestas; a nível dos transportes públicos não são referenciados os expressos para o Funchal a partir das 19h; não há referência de um ponto estratégico entre o Norte e a Zona Oeste, entre outros.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que fazer o estudo completo de todo o concelho não é possível fazê-lo em apenas seis meses, daí que foi decidido fazer com base nas zonas mais movimentadas do concelho.-----

--- O deputado independente Luís Drumond disse que o que está escrito é o plano de mobilidade do concelho da Ribeira Brava e não de algumas zonas e ainda que de entre outros aspetos não foi falado na mobilidade dentro da vila entre carros e peões.-----

--- O deputado independente Domingos Andrade referiu que, mais uma vez as zonas altas não foram referenciadas nestes estudos como por exemplo não existe paragem de autocarro com abrigo, não foi equacionado a hora em que a população se levanta de manhã para apanhar o transporte; pergunta se estas pessoas não precisam de passeios públicos, e questionou ainda se existe alguém a viver da Levada do Norte para cima. -----

--- O deputado Fábio Santos do PS referiu que quem identificou os lugares para elaborar o estudo foi a Câmara, e questiona se foi apenas as zonas centrais ou todo o concelho.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que foi pedido o diagnóstico às zonas onde tem mais pessoas. -----

--- O deputado João Abreu do PS disse que se a oposição fosse ouvida ao longo dos anos não seria necessária a contratação deste estudo, referiu ainda que a escola do Campanário não possui passeio, que na estrada Cónego João Jacinto Gonçalves existe um passeio muito alto que representa um perigo para a mobilidade, e questionou ainda para quando a implementação deste plano e acrescentou ainda que não existe numa estrada João



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

Gonçalves Zarco em Campanário, bem como a fotografia não corresponde à legenda.-----

--- A técnica da empresa referiu que foi um lapso e que irá proceder à sua correção.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que em relação aos passeios na Estrada Regional, qualquer intervenção nestas carece de autorização da direção de estradas. -----

--- O deputado João Abreu do PS reformulou questão sobre para quando a sua implementação. -----

--- O Senhor Presidente do Município referiu que este é um plano que é composto por duas fases: diagnóstico e ação, e que ninguém espere que seja feito em um ano, no entanto consideramos que se trata de uma ferramenta muito importante e nunca antes feita no município e que caso haja a abertura aos quadros comunitários para a mobilidade e se estes planos não forem aprovados, não será possível efetuar a candidatura.

--- O deputado Fábio Santos do PS disse que tal como enunciado pela autarquia existe ainda um outro problema que são as concessionárias, nomeadamente há estradas regionais que pertencem ao Governo e outras pertencentes à via expresso.-----

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que o que lhe interessa é o bem da comunidade da Ribeira Brava e mesmo havendo dinheiro é necessário ter um parecer favorável por parte de quem tem a tutela. -----

--- Colocada à votação, a proposta do Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Ribeira Brava foi aprovada por Maioria, registando os votos contra dos dois deputados independentes e a abstenção do PTP.---

--- O deputado Marco Martins do CDS, em declaração de voto, disse que estes planos quando são elaborados são com um base e um princípio de trabalho, nunca antes tido neste concelho, o que não significa que está perfeito até porque tudo se altera ao longo do tempo.-----

--- O deputado Marco Almas do PTP, em declaração de voto, justificou a abstenção por considerar que o plano não é abrangente e por este motivo possui deficiências. -----

--- O deputado Gilberto Andrade do PSD, em declaração de voto, referiu que este plano nunca antes foi elaborado e que é uma boa base de partida.-----

--- Ponto 12 – Discussão e votação da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana no Concelho da Ribeira Brava.-----

--- O Senhor Presidente do Município disse que o estudo converge em quatro áreas do concelho, e que é de salientar os benefícios, a nível do IMI e do IVA, que são dados a quem reabilitar estas áreas; e que este é um trabalho que o executivo tem, para reduzir as áreas em ruínas e assim tornar o nosso concelho mais apetecível, para que haja mais investimento privado. -----

--- O técnico-arquiteto disse que a ARU são as áreas que tem mais edificação e que necessitam de intervenção urbana e que o estudo incide sobre a Ribeira Brava, Tabua, Serra Água e Campanário. -----

--- O deputado independente Luís Drumond disse que conforme consta no estudo os prazos de execução para



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

a ARU são quinze anos pelo que a ser implementada estaremos já em 2030, e que mais uma vez a área estudada foi delimitada pela Câmara e que tal como o anterior plano este apresenta deficiências e demonstra uma viabilidade muito baixa, exemplificando que no plano de mobilidade é definido uma área intermodal na Ribeira Brava que será o espaço das florestas e que no presente estudo esta mesma área intermodal é recomendada na zona do clube desportivo. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que é necessário definir as áreas para que a empresa possa trabalhar e que como o próprio nome diz a reabilitação urbana é em zonas urbanas e que a Câmara considera ser estas as zonas que necessitam de intervenção. -----

---- O deputado independente Luís Drumond questionou se existem planos, em que modo e para quê, e que o seu voto será contra, dado que existem outros locais que não foram considerados, como por exemplo a Quinta do Til e que no caso do Campanário, o do sitio do Lombinho. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que a lei decreta que é necessário definir as áreas de reabilitação urbana e que foi a autarquia que definiu as áreas e os técnicos analisaram o seu enquadramento, e esclareceu que não é possível definir pontos de reabilitação mas sim áreas. -----

---- O arquiteto esclareceu que a nível da Ribeira Brava a ARU vai até à Ponte Vermelha e em relação às restantes freguesias foi considerado as zonas do casco urbano. -----

---- O deputado independente Domingos Andrade interveio dizendo que não está contra a ideia mas sim contra o princípio da equidade e questiona para quando um plano para as zonas altas. -----

---- O deputado Telmo Freitas do CDS disse que primeiro deverá ser feito um estudo geral e só depois se vê as áreas de intervenção. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP questionou se o plano pode ser alterado. -----

---- O Arquiteto da empresa respondeu que sim. -----

---- O deputado Marco Almas do PTP reformulou a questão sobre se o plano pode ser alterado depois de votado. -----

---- O Senhor Presidente do Município disse que a área de reabilitação urbana caso seja alterada terá de vir novamente à Assembleia Municipal e salienta que este plano esteve em consulta pública, foi divulgado nos órgãos de comunicação e não houve uma única intervenção. -----

---- O deputado independente Luís Drumond interveio dizendo que estes planos são estratégicos, são documentos estruturantes e orientadores durante algum tempo e que apresentam deficiências e, assim sendo, o seu voto será de acordo com a sua consciência. -----

---- O deputado João Abreu do PS questionou sobre quem será a equipa e se serão contratados pessoas de fora, e quanto aos técnicos da empresa, sugeriu uma maior atenção na transcrição do texto pois põe em causa a viabilidade da empresa. -----



Assembleia Municipal de Ribeira Brava

O Senhor Presidente do Município respondeu que a equipa será criada com o máximo de pessoas da Câmara e se houver necessidade iremos recorrer a alguém do exterior.-----

--- O deputado João Abreu do PS reformulou a questão sobre quantos arquitetos serão necessários para esta equipa. -----

--- O Senhor Presidente do Município disse que o quadro de pessoal da autarquia é de conhecimento geral, existe um arquiteto, um engenheiro civil e um ambiental e esta mesma equipa tem elaborado diversos trabalhos para o concelho, e que esta será de acompanhamento e se for necessário será contratado alguém do exterior.-

--- A deputada Adelina Rodrigues do CDS questionou sobre se aparecer um investidor que pretenda investir e dinamizar o concelho numa área que não esteja definida no plano, se a Câmara não receberá o investidor.-----

--- O Senhor Presidente do Município respondeu que já mencionou vários exemplos tais como: existe o regulamento de taxas, o PDM também prevê essa situação, e quem queira investir na Ribeira Brava será sempre recebido de braços abertos; a questão aqui é que com esta definição de áreas é possível criar um incentivo e um impulso para a recuperação destes imóveis que só dão má imagem, trazendo benefícios para o concelho.-----

--- Colocada à votação, a proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana no Concelho da Ribeira Brava foi Aprovada por Maioria, registando os votos contra do PS, do PTP e dos dois deputados independentes.-----

--- Foi lida a minuta das deliberações referente à presente sessão da Assembleia Municipal. -----

--- Colocada à votação, a minuta das deliberações, foi aprovada por unanimidade. -----

--- Não havendo nada mais a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Teresa Maria da Côrte Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, a redigi, escrevi e vou assinar conjuntamente com o referido Presidente e o Segundo Secretário depois de aprovada na próxima sessão da Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia

(Horácio Ramos Ferreira)

A Primeira Secretária

(Teresa Maria da Côrte Gonçalves)

O Segundo Secretário

(José Jorge Fernandes Ornelas)